

# INDICE

DA

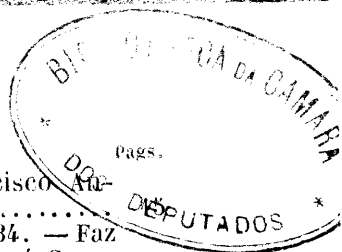
## COLLECCÃO DAS LEIS



### PARTE I

	Pags.
N. 1. — Decreto de 2 de Junho de 1834. — Altera o art. 18 da disposição provisória acerca da Administração da Justiça civil.	4
N. 2. — Decreto de 20 de Junho de 1834. — Autoriza o Governo a prover as cadeiras de philosophia, geographia e francez da capital da Provincia de Goyaz .....	2
N. 3. — Decreto de 20 de Junho de 1834. — Incorpora ao patrimonio da Camara Mu- nicipal da Villa de S. José de Guima- rães, na Provincia do Maranhão, varias ilhas ao longo da costa.....	3
N. 4. — Decreto de 20 de Junho de 1834. — Approva os ordenados marcados pelo Presidente em Conselho da Provincia de Goyaz aos professores de varias cadeiras de primeiras letras .....	3

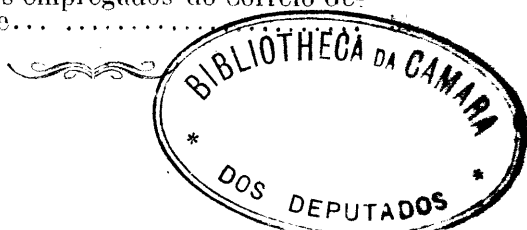
N. 5. — Decreto de 20 de Junho de 1834. — Crêa uma cadeira de primeiras letras na freguezia da Ilha do Governador da Pro- vincia do Rio de Janeiro.....	4
N. 6. — Decreto de 20 de Junho de 1834. — Approva a Resolução do Conselho Geral da Provincia da Parahyba, que crêa va- rias cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino.....	5
N. 7. — Decreto de 25 de Junho de 1834. — Manda demolir e arrazar umas barracas na Provincia de Santa Catharina.....	6
N. 8. — Decreto de 25 de Junho de 1834. — Crêa, sob proposta do Conselho Geral da Provincia de Goyaz, a freguezia de Nossa Senhora da Conceição na povoa- ção de Salinas, e marca-lhe as divisas.	7
N. 9. — Decreto de 25 de Junho de 1834. — Organiza, sobre proposta do Conselho Geral da Provincia de S. Paulo, a Guarda Policia na mesma Provincia.....	8
N. 10. — Decreto de 7 de Agosto de 1834. — Approva a aposentadoria concedida ao Deembargador Visconde de Goyanna..	10
N. 11. — Decreto de 9 de Agosto de 1834. — Leva á categoria de freguezia a Capella curada de S. José da Boa Morte, na Pro- vincia do Rio de Janeiro.....	11
N. 12. — Decreto de 9 de Agosto de 1834. — Crêa a freguezia de Nossa Senhora da Gloria na Cidade do Rio de Janeiro....	12
N. 13. — Decreto de 9 de Agosto de 1834. — Approva a pensão de 294\$000 concedida ao 2.º Tenente da Armada Nacional José Pereira Penin .....	13
N. 14. — Decreto de 9 de Agosto de 1834. — Approva a pensão alimentaria de 470\$000 annual, concedida a Maria Magdalena da Cunha, viuva de Antonio José da Cunha, que servio de Commissario de numero de não.....	14
N. 15. — Decreto de 9 de Agosto de 1834. — Autoriza o Governo para mandar pagar a D. Francisca Farrio Baptista, a metade do soldo que percebia seu fallecido ma-	



- rido o Alferes Ajudante Francisco Antonio Baptista.....
- N. 16. — Lei de 12 de Agosto de 1834. — Faz algumas alterações e addições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832..... 43
- N. 17. — Decreto de 14 de Agosto de 1834. — Eleva á categoria de Villa a freguezia de Ayuruoca na Provincia de Minas Geraes. 23
- N. 18. — Decreto de 14 de Agosto de 1834. — Approva a pensão de 200\$000 concedida a D. Eufrazia Joaquina de Figueiredo.. 24
- N. 19. — Decreto de 14 de Agosto de 1834. — Autoriza o Director do Curso Juridico de Olinda para admittir a exame das materias do 5.º anno a Antonio Joaquim Tavares..... 25
- N. 20. — Decreto de 14 de Agosto de 1834. — Approva as pensões de 400\$000 concedidas a D. Anna Triste Araripe, e ás suas filhas, e a de igual quantia concedida á D. Maria de Castro Filgueiras e as suas filhas..... 26
- N. 21. — Lei de 22 de Agosto de 1834. — Fixa as forças de terra ordinarias para o anno financeiro de 1835—1836..... 27
- N. 22. — Lei de 22 de Agosto de 1834. — Fixa as forças navaes e de artilharia de Marinha para 1835—1836..... 29
- N. 23. — Decreto de 30 de Agosto de 1834. — Habilita para os cargos publicos os brasileiros graduados por Universidades ou Academias estrangeiras nas materias que se ensinão nos Cursos Juridicos do Imperio, que começãrão a estudar nelles antes de estabelecidos os mesmos cursos, bem como os Doutores pelas ditas Universidades e Academias em igual circumstancia..... 31
- N. 24. — Decreto de 30 de Agosto de 1834. — Applica em beneficio do Hospital da Misericordia da Côte os vencimentos dos premios de suas loterias enquanto não forem reclamados..... 32
- N. 25. — Decreto de 30 de Agosto de 1834. — Considera como formado no Curso Ju-

	ridico de S. Paulo o cidadão brasileiro Venancio José Lisboa Filho, licenciado em Direito pela Universidade de Paris.	32
N. 26.	— Decreto de 30 de Agosto de 1834. — Autoriza os Directores dos Cursos Juridicos para admittirem a Francisco Thomaz de Figueiredo Neves licenciado em Direito, a fazer exame de certas materias, passando-lhe certidão de approvação, que o habilitará para os cargos da magistratura.....	33
N. 27.	— Decreto de 30 de Agosto de 1834. — Transfere a séde da Villa de Itamaracá para o lugar da Matriz de Nossa Senhora da Conceição.....	34
N. 28.	— Decreto de 2 de Setembro de 1834. — Approva as jubilações concedidas ao Padre José Antonio da Silva e Souza, a João Paulo Dias Jorge, ao Padre Antonio de Almeida Pacheco, e a José Lobo Fróes .....	35
N. 29.	— Decreto de 12 de Setembro de 1834. — Manda applicar ao Auditor de Marinha as disposições do Alvará de 18 de Fevereiro de 1764, e do art. 1.º do Título 7.º da Ordenança de 9 de Abril de 1805, acerca da maneira de sua substituição.	36
N. 30.	— Decreto de 13 de Setembro de 1834. — Autoriza o Governo a mandar pagar ao Padre José Maria Brayner o soldo de Capitão de primeira linha .....	37
N. 31.	— Decreto de 15 de Setembro de 1834. — Approva a tença de 220\$000 concedida ao Coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva .....	37
N. 32.	— Decreto de 16 de Setembro de 1834. — Approva as tenças concedidas ao Brigadeiro José Joaquim da Rocha de 220\$000, ao Capitão de Mar e Guerra Antonio José Falcão de 120\$000, ao Coronel Thomaz José da Silva de 240\$000, e a D. Camilla Amalia Rabello da Gama de 140\$000, descontando-se a quantia de 20\$000 a cada um dos ditos Officiaes que houverem tido Habito da Ordem de S. Bento de Aviz.....	38

N. 33.	— Decreto de 16 de Setembro de 1834.— Faz extensiva á Irmandade do Santissimo Sacramento da Sé desta Côrte a dispo- sição do Decreto que applica ao Hospital da Santa Casa da Misericordia da mesma cidade os remanecentes dos premios das suas loterias, que não forem reclama- dos .....	39
N. 34.	— Decreto de 16 de Setembro de 1834.— Autoriza as Escolas de Medicina e os Cursos Juridicos do Imperio a conferir o grão de Doutor aos Lentes e Substi- tutos que ainda o não tem.....	40
N. 35.	— Decreto de 16 de Setembro de 1834.— Autoriza o Director do Curso Juridico de Olinda para admittir á matricula do se- gundo anno o estudante Francisco José da Silva Porto.....	40
N. 36.	— Decreto de 25 de Setembro de 1834.— Approva a tença de 220\$000 concedida ao Brigadeiro graduado Francisco de Paula Vasconcellos, diminuindo-se a quantia de 20\$000, se houver tido o Habito da Ordem de S. Bento de Aviz.....	41
N. 37.	— Lei do 1.º de Outubro de 1834.—Marca uma gratificação addicional aos Officiaes do Exercito e de Artilharia de Marinha, emquanto estiverem empregados.....	42
N. 38.	— Lei de 3 de Outubro de 1834.—Orça a Receita e fixa a Despeza para o anno de 1835—1836 .....	41
N. 39.	— Decreto de 3 de Outubro de 1834.— Autoriza o Governo para marcar um novo prazo para a substituição das notas do velho padrão do extincto Banco.....	52
E. 10.	— Lei de 3 de Outubro de 1834.—Dá regimento aos Presidentes de Provincia, e extingue o Conselho da Presidencia.	53
N. 41.	— Decreto de 3 de Outubro de 1834.— Approva a pensão de 600\$000 concedida ao Dr. Manoel da Silva Rodrigues.....	57
N. 42.	— Decreto de 10 de Outubro de 1834.— Autoriza o Governo a conceder uma gra- tificação aos empregados do Correio Ge- ral da Côrte.....	



# COLLECCÃO DAS LEIS

DO

## IMPERIO DO BRASIL



PARTE PRIMEIRA.



RIO DE JANEIRO.  
TYPOGRAPHIA NACIONAL,  
RUA DA GUARDA VELHA.

1866.

# COLLECCÃO DAS LEIS

DE



DECRETO N. 4 — DE 2 DE JUNHO DE 1834.

Altera o art. 18 da disposição provisória ácerca da Administração da Justiça civil.

A Regencia Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sanccionado e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O art. 18 da disposição provisória ácerca da Administração da Justiça civil, sanccionada pela Lei de 29 de Novembro de 1832, continuará a observar-se com a seguinte alteração.

Art. 2.º Os processos civeis, ora pendentes por appellação nas Relações do Imperio, e os que de novo se forem distribuindo, serão vistos e examinados, e julgados por cinco Juizes, dividindo-se para esse fim em secções as mesmas Relações, se assim convier.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de

Janeiro em dous de Junho de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 12 de Junho de 1834.—*João Carneiro de Campos.*

---

DECRETO N. 2 — DE 20 DE JUNHO DE 1834.

Autoriza o Governo a prover as cadeiras de philosophia, geometria e francez da capital da Provincia de Goyaz.

A Regencia Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Governo fica autorizado a prover de professores idoneos as cadeiras de philosophia, geometria e francez para a capital da Provincia de Goyaz, pela primeira vez, precedendo os exames necessarios.

Art. 2.º Ficão sem effeito por esta vez sómente as disposições em contrario, e particularmente o Decreto de 11 de Novembro de 1831, na parte em que faz privativos dos Presidentes das Provincias taes provimentos.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Junho de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---



DECRETO N. 3 — DE 20 DE JUNHO DE 1834.

Incorpora ao patrimonio da Camara Municipal da Villa de S. José de Guimarães, na Provincia do Maranhão, varias ilhas ao longo da costa.

A Regencia Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Ficão incorporados ao patrimonio da Comarca da Villa de S. José de Guimarães, na Provincia do Maranhão, as ilhas ao longo da costa, desde o cabo em que está situada a Villa, até a foz do rio Tury-assu, que se acharem devolutas, não excedendo a duas mil braças quadradas, com as clausulas expressas nos Foraes de Sesmarias para os arrendar ou aforar na conformidade de seu Regimento.

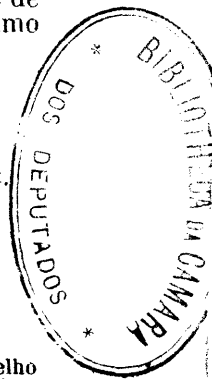
Art. 2.º Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Junho de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*



DECRETO N. 4 — DE 20 DE JUNHO DE 1834.

Approva os ordenados marcados pelo Presidente em Conselho da Provincia de Goyaz aos Professores de varias cadeiras de primeiras letras.

A Regencia Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvedo o ordenado de 200\$000, marcado pelo Presidente da Provincia de Goyaz em

Conselho aos Professores das cadeiras de primeiras letras pelo methodo individual das povoações do Porto Imperial, Cavalcanti, Carmo, Carolina e Palma; e assim tambem o de 240\$000 ao de S. José de Tocantins, e ao de Flores, todos da mesma comarca de S. João das Duas Barras.

Art. 2.º Ficão nesta parte sem vigor as disposições em contrario.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Junho de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

DECRETO N. 3 — DE 20 DE JUNHO DE 1834.

Crêa uma cadeira de primeiras letras na Freguezia da Ilha do Governador da Provincia do Rio de Janeiro.

A Regencia Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo unico. Fica creada uma escola de primeiras letras na Freguezia de Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador desta Provincia do Rio de Janeiro, com o ordenado de 350\$000 annualmente. Ficão revogadas todas as leis em contrario.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos

necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Junho de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA,

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*



DECRETO N. 6 — DE 20 DE JUNHO DE 1834.

Approva a Resolução do Conselho Geral da Provincia da Parahyba, que crea varias cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino.

A Regencia Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre proposta do Conselho Geral da Provincia da Parahyba do Norte.

Art. 1.º Ficão creadas escolas de primeiras letras para meninas nas Villas do Pilar, de Mamanguape, do Brejo de Arêa, Nova da Rainha, Real de S. João, Nova de Souza, e Pombal, na conformidade da Lei de 13 de Outubro de 1827.

Art. 2.º As matronas que se destinarem a este magisterio, e que habitarem além de dez leguas de distancia desta Cidade da Parahyba, serão examinadas nas materias exigidas pela referida Lei perante as Camaras Municipaes dos respectivos districtos, para o que impetrarão faculdade do Presidente da Provincia em Conselho.

Art. 3.º Ficão revogadas todas as Leis e Resoluções em contrario.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos

necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Junho de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

DECRETO N. 7 — DE 25 DE JUNHO DE 1834.

Manda demolir e arrazar umas barracas na Provincia de Santa Catharina.

A Regencia Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Sanccionou e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre proposta do Conselho geral da Provincia de Santa Catharina.

Art. 1.º As barracas situadas na praia da Praça da Cidade do Desterro, na Provincia de Santa Catharina, serão demolidas e arrazadas.

Art. 2.º Os materiaes, que da demolição se puderem aproveitar, serão vendidos em hasta publica, em beneficio da Fazenda Nacional.

Art. 3.º O terreno em que taes barracas estão situadas servirá para continuação da praça até o mar.

Art. 4.º Ficão derogadas quaesquer leis ou disposições em contrario.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, encarregado interinamente dos da Fazenda e da Presidencia do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necesarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e cinco de Junho de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANEISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

— 1 —

DECRETO N. 8 — DE 23 DE JUNHO DE 1864.

Crêa, sobre proposta do Conselho Geral da Província de Goyaz, a Freguezia de Nossa Senhora da Conceição na Povoação de Salinas, e marca-lhe as divisas.

A Regencia Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sanccionado e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa, sobre proposta do Conselho Geral da Província de Goyaz.

Art. 1.º Fica creada na Povoação de Salinas uma Freguezia de natureza collativa com a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Art. 2.º Esta nova Freguezia se dividirá da de Crixaes pelo Rio dos Patos, e sendo os outros limites os mesmos que tinha como pertencente a de Crixaes.

Art. 3.º Todas as pessoas que habitarem no districto, da nova Freguezia, quér sejam Indios, quér não, serão curados pelo respectivo Parocho.

Art. 4.º O Vigario desta Freguezia terá a congrua annual de duzentos mil réis, e todos os emolumentos que pelas Leis e Ordens em vigor lhe competirem.

Art. 5.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Junho de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em o 1.º de Julho de 1864.—*João Carneiro de Campos.*

—•••—

5-5

DECRETO N. 9 — DE 25 DE JUNHO DE 1834.

Organiza, sobre proposta do Conselho Geral da Provincia de S. Paulo, a Guarda Policial na mesma Provincia.

A Regencia Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sancionado e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa, sobre proposta do Conselho Geral da Provincia de S. Paulo.

Art. 4.º Todos aquelles que por falta de renda são excluidos da Guarda Nacional formarão em cada Municipio a Guarda Policial delle, tendo a idade determinada para ser da Guarda Nacional, e não estando em alguns dos casos porque se fica escusella.

Art. 2.º As Camaras Municipaes, depois de ultimado o Conselho de Qualificação dos Guardas Nacionais, exigindo dos Juizes de Paz lista de taes individuos, e formando dellas uma lista geral, que será lançada n'um livro para isso destinado, os distribuirá em companhias, ou secções de companhias, com o numero de praças, que mais conveniente entender, de modo que se combine o serviço publico com o menor gravame dos individuos.

Art. 3.º Cada companhia terá um primeiro e um segundo Commandante, e cada secção de companhia um só Commandante, e todos quantos cabos forem necessarios, para corresponder um cabo para cada dez, até oito individuos.

Art. 4.º Os Commandantes, que podem ser quaesquer cidadãos de Parochias, serão nomeados pelas Camaras, sobre proposta dos Juizes de Paz do districto, em listas triplices, servindo-lhes de titulo a acta de sua nomeação, e servirão no emprego por tanto tempo quanto servem os Juizes de Paz, perante os quaes prestarão juramento de bem servirem, logo que sejam nomeados, os cabos serão nomeados pelos Commandantes, e por elles amoviveis.

Art. 5.º Annualmente as Camaras, ouvindo os Juizes de Paz, depois de verificada a lista do Conselho de Qualificação, reverão a lista geral para nella incluir, ou della excluir os que estiverem em taes circumstancias, em virtude desta Resolução, restando aos lesados recurso ao Presidente da Provincia.

Art. 6.º Estas Guardas Policiaes terão por dever e destino servirem na execução das ordens das Au-

toridades Policiaes, a quem ficão subordinados, bem como para auxiliarem as Autoridades Judiciaes no desempenho de seus deveres.

Art. 7.º Os Commandantes podem, por motivo de serviço, ser suspensos pelos Juizes de Paz, e mesmo demittidos pelas Camaras, se para isso houver requisição dos ditos Juizes de Paz, restando-lhes recurso ao Presidente da Provincia; os Guardas pelo mesmo motivo podem ser punidos com a pena de um até cinco dias de prisão, que todavia poderá ser alliviada, ou annullada pelo respectivo Juiz de Paz.

Art. 8.º O serviço será repartido de modo que não exceda a cinco dias por cada vez e nunca chegue ao que já servio, sem primeiro ter chegado em todo o Municipio aos que ainda não servirão: no caso de ser preciso servirem por mais tempo receberão por cada dia de serviço tanto quanto no lugar costuma ganhar um optimo jornaleiro.

Art. 9.º Quando o serviço fôr para atacar quilombos, salteadores, ou qualquer outro, em que haja perigo de vida, a diaria será de valor dobrado, e mesmo triplicado, a juizo da Autoridade que determinar o serviço e sendo este requerido por algum senhor de escravos, serão por elles pagos os dias de serviço, segundo o arbitramento acima, assim como o serão por qualquer senhor, quando algum escravo fôr preso por qualquer Guarda.

Art. 10. Para as despesas necessarias quando não sejam pagas, como acima se declara, ou não hajão dinheiros publicos para esse fim destinados, supprirão as Camaras Municipaes de seus cofres, bem como para as armas necessarias aos Guardas quando estes as não tenham proprias, ou o Governo da Provincia os não possa ministrar.

Art. 11. Para indemnizar as Camaras de taes despesas serão applicados a seus cofres as quantias que os senhores de escravos são obrigados a pagar por cada escravo fugido que fôr preso, sem que por isso fiquem desonerados da obrigação imposta pelo art. 9.º; devendo as Camaras por Posturas marcar o quantitativo dellas, que será de um valor, quando fôr prisão sem escolta; de dobrado valor se com escolta; de triplicado, se em ataque a quilombos.

Art. 12. O Presidente da Provincia, em Conselho, fica autorizado, sendo preciso, a dar instrucções para o desenvolvimento e boa execução da presente Resolução, bem como a dar as providencias para que não

hajão nella abusos, podendo suspender ou demittir Commandantes, e mesmo dissolver a Guarda Policial em qualquer Municipio, quando assim o exija o interesse publico.

Art. 43. Ficão revogadas todas as disposições legislativas em contrario.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Junho de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em o 4.º de Julho de 1834. — *João Carneiro de Campos.*

---

DECRETO N. 40 — DE 7 DE AGOSTO DE 1834.

Approva a aposentadoria concedida ao Desembargador Visconde de Goyanna.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sanccionado e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Artigo unico. Fica approvada a aposentadoria concedida pelo Governo ao Desembargador Visconde de Goyanna, por Decreto de 8 de Maio de 1833, com o vencimento do ordenado de um conto novecentos e cincoenta mil réis, que vencia como Chanceller da extincta Casa da Supplicação.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos



necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 9 de Agosto de 1834.—*João Carneiro de Campos.*



DECRETO N. 11 — DE 9 DE AGOSTO DE 1834.

Eleva á categoria de Freguezia a Capella curada de S. José da Boa Morte, na Provincia do Rio de Janeiro.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sanccionado e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º A Capella curada de S. José da Boa Morte erecta na margem esquerda do Rio Guapó-Assú, na Provincia do Rio de Janeiro, fica elevada a Igreja Parochial.

Art. 2.º O Governo, ouvida a Autoridade Ecclesiastica e a Camara Municipal respectiva, marcará os limites desta Parochia.

Art. 3.º O provimento da Igreja não terá lugar se não depois que o povo tiver preparado a Igreja Matriz com a necessaria decencia.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necesarios. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 9 de Agosto de 1834.—*João Carneiro de Campos.*



DECRETO N. 12—DE 9 DE AGOSTO DE 1834.

Crêa a freguezia de Nossa Senhora da Gloria na Cidade do Rio de Janeiro.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II, Tem Sancionado e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral.

Art. 1.º Fica creada nesta Cidade uma nova Freguezia com a denominação de Nossa Senhora da Gloria, a qual será desmembrada da de S. José, não podendo comprehender mais da metade da população desta, e o Governo autorizado a marcar os seus limites.

Art. 2.º O Parocho vencerá a mesma congrua, e mais emolumentos que percebem os outros Parochos deste Bispado.

Art. 3.º O actual Parocho da Freguezia de S. José poderá escolher aquella das duas freguezias que mais lhe apróuver.

Art. 4.º O provimento da Igreja não terá lugar senão depois que estiver preparada a Igreja Matriz com a necessaria decencia.

Art. 5.º Ficão derogadas as Leis e mais disposições em contrario.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 11 de Agosto de 1834.—*João Carneiro de Campos.*

---

DECRETO N. 43 — DE 9 DE AGOSTO DE 1834.

Approva a pensão de 204\$000, concedida ao 2.º Tenente da Armada Nacional José Pereira Penin.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II, Houve por bem Sanccionar e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo unico. Fica approvada a pensão de duzentos noventa e quatro mil réis concedida por Decreto de 10 de Abril do corrente anno a José Pereira Penin, 2.º Tenente da Armada Nacional.

Antéro José Ferreira de Brito, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, incumbido interinamente da Repartição da Marinha, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antéro José Ferreira de Brito.*

Cumpra-se e registre-se. Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Agosto de 1834.—*Ferreira de Brito.*

*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 11 de Agosto de 1834.—*João Carneiro de Campos.*

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha foi publicada a presente Resolução, aos 12 de Agosto de 1834.—No impedimento do Official-maior *José Cupertino de Jesus.*

DECRETO N. 44 — DE 9 DE AGOSTO DE 1834.

Approva a pensão alimentaria de 1708000 annual, concedida a Maria Magdalena da Cunha, viuva de Antonio José da Cunha, que servio de Commissario de numero de não.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Houve por bem Sanccionar e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo unico. Fica approvada a pensão alimentaria de cento e setenta mil réis annual, que, por Decreto de 28 de Junho de 1833, foi concedida a Maria Magdalena da Cunha, viuva de Antonio José da Cunha, que servio de Commissario do numero de não da Armada Nacional.

Antéro José Ferreira de Brito, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, incumbido interinamente da Repartição da Marinha, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antéro José Ferreira de Brito.*

Cumpra-se e registre-se. Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Agosto de 1834.— *Ferreira de Brito.*

*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 11 de Agosto de 1834.— *João Carneiro de Campos.*

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha foi publicada a presente Resolução em 12 de Agosto de 1834.— No impedimento do Official-maior *José Cupertino de Jesus.*

---

DECRETO N. 15 — DE 9 DE AGOSTO DE 1834.

Autoriza o Governo para mandar pagar a D. Francisca Farrio Baptista, a metade do soldo que percebia seu fallecido marido o Alferes Ajudante Francisco Antonio Baptista.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sanccionado e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

O Governo fica autorizado para mandar pagar a D. Francisca Farrio Baptista, viuva do Alferes Ajudante Francisco Antonio Baptista, a metade do soldo que este percebia.

O Brigadeiro Antéro José Ferreira de Brito, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antéro José Ferreira de Brito.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 9 de Agosto de 1834. — *João Carneiro de Campos.*

---

LEI N. 16 — DE 12 DE AGOSTO DE 1834.

Faz algumas alterações e addições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832.

A Regencia Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Faz saber a todos os Subditos do Imperio que a Camara dos Deputados, competentemente autorizada para reformar a Constituição do Imperio, nos termos da Carta de Lei de doze de Outubro de mil oitocentos trinta e dous, Decretou as seguintes mudanças e addições á mesma Constituição.

Art. 4.º O direito reconhecido e garantido pelo art. 74 da Constituição será exercitado pelas Camaras dos Districtos e pelas Assembléas, que, substituindo os Conselhos Geraes, se estabelecerão em todas as Provincias com o titulo de Assembléas Legislativas Provinciaes.

A autoridade da Assembléa Legislativa da Provincia, em que estiver a Côrte, não comprehenderá a mesma Côrte, nem o seu Municipio.

Art. 2.º Cada uma das Assembléas Legislativas Provinciaes constará de 36 membros nas Provincias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo; de 28 nas do Pará, Maranhão, Ceará, Parahyba, Alagoas e Rio Grande do Sul; e de 20 em todas as outras. Este numero é alteravel por Lei Geral.

Art. 3.º O Poder Legislativo Geral poderá Decretar a organização de uma segunda Camara Legislativa para qualquer Provincia, a pedido da sua Assembléa, podendo esta segunda Camara ter maior duração do que a primeira.

Art. 4.º A eleição destas Assembléas far-se-ha da mesma maneira que se fizer a dos Deputados á Assembléa Geral Legislativa, e pelos mesmos eleitores; mas cada Legislatura Provincial durará só dous annos, podendo os membros de uma ser reeleitos para as seguintes.

Immediatamente depois de publicada esta reforma, proceder-se-ha em cada uma das Provincias á eleição dos membros das suas primeiras Assembléas Legislativas Provinciaes, as quaes entrarão logo em exercicio, e durarão até o fim do anno de 1837.

Art. 5.º A sua primeira reunião far-se-ha nas Capitais das Provincias, e as seguintes nos lugares que forem designados por Actos Legislativos Provinciaes; o lugar porém da primeira reunião da Assembléa Legislativa da Provincia, em que estiver a Côrte, será designado pelo Governo.

Art. 6.º A nomeação dos respectivos Presidentes, Vice-Presidentes e Secretarios, verificação dos poderes de seus membros, juramento, e sua policia, e economia interna, far-se-hão na forma dos seus Regimentos, e interinamente na forma do Regimento dos Conselhos Geraes de Provincia.

Art. 7.º Todos os annos haverá sessão, que durará dous mezes, podendo ser prorogada, quando o julgar conveniente o Presidente da Provincia.

Art. 8.º O Presidente da Província assistirá á instalação da Assembléa Provincial, que se fará, á excepção da primeira vez, no dia que ella marcar, terá assento igual ao do Presidente della, e á sua direita; e ahí dirigirá á mesma Assembléa a sua Falla, instruindo-a do estado dos negocios publicos, e das providencias, que mais precisar a Província para seu melhoramento.

Art. 9.º Compete ás Assembléas Legislativas Provinciaes propôr, discutir, e deliberar, na conformidade dos arts. 81, 83, 84, 85, 86, 87 e 88 da Constituição.

Art. 10. Compete ás mesmas Assembléas legislar:

§ 1.º Sobre a divisão civil, judiciaria, e ecclesiastica da respectiva Província, e mesmo sobre a mudança da sua Capital para o lugar que mais convier.

§ 2.º Sobre instrução publica e estabelecimentos proprios a promover-a, não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem creados por lei geral.

§ 3.º Sobre os casos e a fórma por que pôde ter lugar a desapropriação por utilidade municipal ou provincial.

§ 4.º Sobre a policia e economia municipal, precedendo propostas das Camaras.

§ 5.º Sobre a fixação das despezas municipaes e provinciaes, e os impostos para ellas necessarios, com tanto que estes não prejudiquem as imposições geraes do Estado. As Camaras poderão propôr os meios de occorrer ás despezas dos seus municipios.

§ 6.º Sobre repartição da contribuição directa pelos municipios da Província, e sobre a fiscalisação do emprego das rendas publicas provinciaes e municipaes, e das contas da sua receita e despesa.

As despezas provinciaes serão fixadas sobre orçamento do Presidente da Província, e as municipaes sobre orçamento das respectivas Camaras.

§ 7.º Sobre a criação e suppressão dos empregos municipaes e provinciaes, e estabelecimento dos seus ordenados.

São empregos municipaes e provinciaes todos os que existirem nos municipios e provincias, á excepção dos que dizem respeito á administração, arrecadação, e contabilidade da Fazenda Nacional; á administração da guerra e marinha, e dos correios.

geraes; dos cargos de Presidente de Província, Bispo, Commandante Superior da Guarda Nacional, membro das Relações e tribunaes superiores, e empregados das Faculdades de Medicina, Cursos Juridicos e Academias, em conformidade da doutrina do § 2.º deste artigo.

§ 8.º Sobre obras publicas, estradas e navegação no interior da respectiva Província, que não pertenção á administração geral do Estado.

§ 9.º Sobre construcção de casas de prisão, trabalho e correccão, e regimen dellas.

§ 10. Sobre casas de soccorros publicos, conventos e quaesquer associações politicas ou religiosas.

§ 11. Sobre os casos e a fórma por que poderão os Presidentes das Provincias nomear, suspender e ainda mesmo demittir os empregados provinciaes.

Art. 11. Tambem compete ás Assembléas Legislativas Provincias:

§ 1.º Organizar os Regimentos internos sobre as seguintes bases: 1.ª Nenhum Projecto de Lei ou Resolução poderá entrar em discussão sem que tenha sido dado para ordem do dia, pelo menos vinte quatro horas antes; 2.ª Cada Projecto de Lei, ou Resolução, passará pelo menos por tres discussões; 3.ª De uma a outra discussão não poderá haver menor intervallo do que vinte quatro horas.

§ 2.º Fixar, sobre informação do Presidente da Província, a Força policial respectiva.

§ 3.º Autorizar as Camaras Municipaes e o Governo Provincial para contrahir empréstimos, com que occorrão ás suas respectivas despezas.

§ 4.º Regular a Administração dos bens provinciaes. Uma Lei Geral marcará o que são bens provinciaes.

§ 5.º Promover, cumulativamente com a Assembléa e o Governo Geraes, a organização da estatística da Província, a catechese, e civilisação dos indigenas, e o estabelecimento de colonias.

§ 6.º Decidir, quando tiver sido pronunciado o Presidente da Província, ou quem suas vezes fizer, se o processo deva continuar, e elle ser, ou não, suspenso do exercicio de suas funcções, nos casos em que pelas Leis tem lugar a suspensão.

§ 7.º Decretar a suspensão, e ainda mesmo a demissão do Magistrado, contra quem houver queixa de responsabilidade, sendo elle ouvido, e dando-se-lhe lugar á defesa.



§ 8.º Exercer, cumulativamente com o Governo Geral, nos casos e pela fórma marcados no § 35 do art. 179 da Constituição, o direito que esta concede ao mesmo Governo Geral.

§ 9.º Velar na Guarda da Constituição e das Leis na sua Província, e representar á Assembléa e ao Governo Geraes contra as Leis de outras Provincias que offenderem os seus direitos.

Art. 12. As Assembléas Provinciaes não poderão legislar sobre impostos de importação, nem sobre objectos não comprehendidos nos dous precedentes artigos.

Art. 13. As Leis, e Resoluções das Assembléas Legislativas Provinciaes, sobre os objectos especificados nos arts. 10 e 11, serão enviadas directamente ao Presidente da Província, a quem compete sancional-as.

Exceptuão-se as Leis e Resoluções que versarem sobre os objectos comprehendidos no art. 10 § 4.º; §§ 5.º e 6.º, na parte relativa á Receita e Despesa Municipal, e § 7.º na parte relativa aos empregos municipaes; e no art. 11, §§ 4.º, 6.º, 7.º e 9.º, as quaes serão decretadas pelas mesmas Assembléas, sem dependencia da sanção do Presidente.

Art. 14. Se o Presidente entender que deve sancionar a Lei ou Resolução, o fará pela seguinte formula, assignada de seu punho — Sanciono, e publique-se como Lei. —

Art. 15. Se o Presidente julgar que deve negar a sanção, por entender que a Lei ou Resolução não convém aos interesses da Província, o fará por esta formula—Volte á Assembléa Legislativa Provincial—, expondo debaixo de sua assignatura as razões em que se fundou. Neste caso será o Projecto submettido á nova discussão; e se fôr adoptado tal qual, ou modificado no sentido das razões pelo Presidente allegadas, por dous terços dos votos dos membros da Assembléa, será reenviado ao Presidente da Província, que o sancionará. Se não fôr adoptado, não poderá ser novamente proposto na mesma sessão.

Art. 16. Quando porém o Presidente negar a sanção, por entender que o Projecto offende os direitos de alguma outra Província, nos casos declarados no § 8.º do art. 10; ou os Tratados feitos com as Nações Estrangeiras; e a Assembléa Provincial julgar o contrario, por dous terços dos votos, como no artigo precedente; será o Projecto, com as razões allegadas

pelo Presidente da Provincia, levado ao conhecimento do Governo e Assembléa Geraes, para esta definitivamente decidir se elle deve ser ou não sancionado.

Art. 17. Não se achando nesse tempo reunida a Assembléa Geral, e julgando o Governo que o Projecto deve ser sancionado, poderá mandar que elle seja provisoriamente executado, até definitiva decisão da Assembléa Geral.

Art. 18. Sancionada a Lei ou Resolução, a mandará o Presidente publicar pela fôrma seguinte: — F... Presidente da Provincia de... Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei, ou Resolução seguinte. (A integra da Lei nas suas disposições sómente.) Mando portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei ou Resolução pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Assignada pelo Presidente da Provincia a Lei ou Resolução, e sellada com o Sello do Imperio, guardar-se-ha o original no Archivo publico, e enviar-se-hão exemplares della a todas ás Camaras e Tribunaes, e mais lugares da Provincia, onde convenha fazer-se publica.

Art. 19. O Presidente dará ou negará a sanção, no prazo de dez dias, e não o fazendo ficará entendido que a deu. Neste caso, e quando, tendo-lhe sido reenviada a Lei, como determina o art. 15, recusar sancional-a, a Assembléa Legislativa Provincial a mandará publicar com esta declaração; devendo então assignal-a o Presidente da mesma Assembléa.

Art. 20. O Presidente da Provincia enviará á Assembléa e Governo Geraes copias authenticas de todos os Actos Legislativos Provinciaes que tiverem sido promulgados, a fim de se examinar se offendem a Constituição, os impostos geraes, os direitos de outras Provincias ou os Tratados; casos unicos em que o Poder Legislativo Geral os poderá revogar.

Art. 21. Os membros das Assembléas Provinciaes serão inviolaveis pelas opiniões que emitirem no exercicio de suas funções.

Art. 22. Os membros das Assembléas Provinciaes vencerão diariamente, durante o tempo das sessões ordinarias, extraordinas e das prorogações, um

subsídio pecuniário, marcado pela Assembléa Provincial na primeira sessão da Legislatura antecedente. Terão também, quando morarem fóra do lugar da sua reunião, uma indemnização annual para as despesas de ida e volta, marcada pelo mesmo modo, e proporcionada á extensão da viagem.

Na primeira Legislatura, tanto o subsídio, como a indemnização, serão marcados pelo Presidente da Provincia.

Art. 23. Os membros das Assembléas Provinciaes que forem Empregados Publicos não poderão, durante as sessões, exercer o seu emprego, nem accumular ordenados, tendo porém a opção entre o ordenado do emprego e o subsídio que lhes competir, como membros das ditas Assembléas.

Art. 24. Além das attribuições, que por Lei competirem aos Presidentes das Provincias, compete-lhes também:

§ 1.º Convocar a nova Assembléa Provincial, de maneira que possa reunir-se no prazo marcado para as suas sessões.

Não a tendo o Presidente convocado seis mezes antes deste prazo, será a convocação feita pela Camara Municipal da Capital da Provincia.

§ 2.º Convocar a Assembléa Provincial extraordinariamente, prorogal-a e adial-a, quando assim o exigir o bem da Provincia; com tanto porém que em nenhum dos annos deixe de haver sessão.

§ 3.º Suspender a publicação das Leis Provinciaes, nos casos, e pela forma marcados nos arts. 15 e 16.

§ 4.º Expedir Ordens, Instruccões e Regulamentos adequados á boa execução das Leis Provinciaes.

Art. 25. No caso de dúvida sobre a intelligencia de algum artigo desta reforma, ao Poder Legislativo Geral compete interpretal-o.

Art. 26. Se o Imperador não tiver Parente algum, que reuna as qualidades exigidas no art. 122 da Constituição, será o Imperio governado, durante a sua menoridade, por um Regente electivo e temporario, cujo cargo durará quatro annos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro annos.

Art. 27. Esta eleição será feita pelos Eleitores da respectiva Legislatura, os quaes, reunidos nos seus Collegios, votarão por scrutinio secreto em dous Cidadãos Brasileiros, dos quaes um não será nascido na Provincia, a que pertencerem os Collegios, e nem um delles será Cidadão naturalisado.

Apurados os votos, lavrar-se-hão tres actas do mesmo theor, que continhão os nomes de todos os votados, e o numero exacto de votos que cada um obtiver. Assignadas estas actas pelos eleitores, e seladas, serão enviadas, uma á Camara Municipal, a que pertencer o Collegio, outra ao Governo Geral, por intermedio do Presidente da Provincia, e a terceira directamente ao Presidente do Senado.

Art. 28. O Presidente do Senado, tendo recebido as actas de todos os collegios, abril-as-ha em Assembléa Geral, reunidas ambas as Camaras, e fará contar os votos: o cidadão que obtiver a maioria destes será o Regente. Se houver empate, por terem obtido o mesmo numero de votos, dous ou mais cidadãos entre elles decidirá a sorte.

Art. 29. O Governo Geral marcará um mesmo dia para esta eleição em todas as Provincias do Imperio.

Art. 30. Enquanto o Regente não tomar posse, e na sua falta e impedimentos, governará o Ministro de Estado do Imperio; e na falta ou impedimento deste, o da Justiça.

Art. 31. A actual Regencia governará até que tenha sido eleito, e tomado posse, o Regente, de que trata o art. 26.

Art. 32. Fica supprimido o Conselho de Estado, de que trata o Título 3.º, Capitulo 7.º da Constituição.

Manda portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução das referidas mudanças e addições pertencer, que as cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nellas se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio as faça juntar á Constituição, imprimir, promulgar e correr. Palacio do Rio de Janeiro aos doze dias do mez de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia, e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULLO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial  
Manda executar as mudanças e addições feitas á  
Constituição do Imperio pela Camara dos Deputa-  
dos competentemente autorizada para esse fim.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Antonio José de Paiva Guedes de Andrade, a fez.

*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 16 de Agosto  
de 1834.

*João Carneiro de Campos.*

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Impe-  
rio foi publicada a presente Lei aos 21 dias do mez  
de Agosto de 1834.

*Luiz Joaquim dos Santos Marrocos.*

Registrada nesta Secretaria de Estado dos Negocios  
do Imperio no Livro 6.º do Registro de Leis, Alvarás,  
e Cartas a fl. 75 v. Rio de Janeiro em 21 de Agosto de  
1834.— *Bento Francisco da Costa Aguiar de An-  
drada.*

---

DECRETO N. 17—DE 14 DE AGOSTO DE 1834.

Eleva á categoria de Villa a Freguezia de Ayuruoca na  
Provincia de Minas Geraes.

A Regencia Permanente em Nome do Imperador  
o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar  
e Mandar que se execute a seguinte Resolução  
da Assembléa Geral Legislativa, tomada sobre  
outra do Conselho Geral da Provincia de Minas  
Geraes.

Art. 1.º Fica creada uma Villa na Parochia de  
Ayuruoca, com a denominação de Villa da Ayuruoca,  
na Provincia de Minas Geraes.

Art. 2.º O Presidente da Provincia em Conselho marcará os limites da mesma, como fôr mais comodo aos povos.

Art. 3.º Haverá nesta Villa uma Camara Municipal, e as mesmas justiças que tem as demais da Provincia, em conformidade do Codigo do Processo.

Art. 4.º Os habitantes desta Villa novamente creada serão obrigados a fazer á sua custa as casas da Camara e Cadêa, com as proporções, e commodidades exigidas pela Constituição do Imperio, e promptificar igualmente os arranjos necessarios a cada uma dellas, para entrarem no gozo dos direitos que por esta Resolução lhe ficão competendo.

Art. 5.º Fica a cargo do Juiz de Direito da Comarca respectiva examinar o cumprimento do artigo antecedente, para ter lugar depois a installação da Villa.

Art. 6.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palácio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*



DECRETO N. 18 — DE 14 DE AGOSTO DE 1834.

Approva a pensão de 200\$000 concedida a D. Eufrazia Joaquina de Figueiredo.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo Unico.—Fica approvada a pensão annual de duzentos mil réis, concedida pelo Poder Executivo a D. Eufrasia Joaquina de Figueiredo por virtude da Resolução de Consulta de 3 de Setembro de 1828, em remuneração de 26 annos de serviço de seu fallecido marido José Bonifacio Ribas, Escrivão da Intendencia e Conferencia da Casa da Fundição da Villa do Principe na Provincia de Minas Geraes, e em attenção á sua miseria.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---

DECRETO N. 49 — DE 44 DE AGOSTO DE 1834.

Autoriza o Director do Curso Juridico de Olinda para admittir a exame das materias do 3.º anno a Antonio Joaquim Tavares.

A Regencia Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Director da Academia de Sciencias Juridicas e Sociaes da Cidade de Olinda fica autorizado para admittir a exame das materias do 3.º anno da mesma Academia, pagas as matriculas, a Antonio Joaquim Tavares, levando-se-lhe em conta a frequencia que já tem do mesmo anno, e o exame que já fez do 4.º

Art. 2.º Ficão revogadas, para este fim sómente, as disposições legislativas em contrario.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---

DECRETO N. 20 — DE 14 DE AGOSTO DE 1834.

Approva as pensões de 400\$000 concedidas a D. Anna Triste Araripe, e ás suas filhas, e a de igual quantia concedida a D. Maria de Castro Filgueiras e ás suas filhas.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de quatrocentos mil réis, concedida por Decreto do Poder Executivo de 12 de Agosto de 1833 a D. Anna Triste Araripe, viuva de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e ás suas filhas; bem como outra de igual quantia, concedida pelo mesmo Decreto, a D. Maria de Castro Filgueiras, viuva de José Pereira Filgueiras e ás suas filhas.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---



LEI N. 21 — DE 22 DE AGOSTO DE 1834.

Fixa as forças de terra ordinarias para o anno financeiro de 1835 a 1836.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Ella Sanccionou a Lei seguinte.

Art. 1.º As forças de terra ordinarias para o anno que ha de correr do 1.º de Julho de 1835 a 30 de Junho de 1836, constarão.

§ 1.º Dos Officiaes e mais praças, de oito batalhões de Caçadores, quatro corpos de Cavallaria, cinco de Artilharia de Posição, um de Artilharia a Cavallo, e do Corpo de Ligeiros da Provincia de Mato Grosso. Esta força total, quando seja conveniente, poderá ser elevada á do estado completo, segundo a organização, que pelas Leis em vigor foi dada aos respectivos corpos, ficando para este fim autorizado o Poder Executivo a recrutar sómente o numero de homens necessarios para preencher-os; e observando-se, desde já, e na parte que fór possível, as disposições Legislativas decretadas a respeito na Lei de 25 de Agosto de 1832.

§ 2.º Do Estado Maior do Exercito segundo a organização decretada, dos Officiaes de Engenheiros; dos Officiaes avulsos; das Companhias de Artifices do Trem de Artilharia; e das Repartições existentes.

§ 3.º Das Divisões do Rio Doce na Provincia de Minas Geraes; das duas Companhias de Ligeiros da Provincia do Maranhão; e dos Pedestres da Provincia do Espirito Santo.

Art. 2.º As vagas dos Corpos, de que trata o art. 1.º, serão preenchidas com Officiaes tirados das classes avulsas, e de graduação igual á das vagas que houverem; ficando prohibidas todas as promoções, excepto para os postos de 2.ºs e 1.ºs Tenentes de Engenharia e Artilharia quando o Governo o julgar necessario, devendo nesse caso promover sómente os que tiverem completado os estudos prescriptos pela Lei.

Art. 3.º O Poder Executivo fica autorizado a conceder licença com vencimento de tempo e meio soldo aos Officiaes, e Officiaes inferiores, que sendo desnecessarios ao serviço, assim o quizerem.

Estas licenças terão lugar desde já, e por ellas nenhum emolumento pagarão os licenciados.

Art. 4.º Ficão derogadas as Leis em contrario. Manda portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contem.

O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte dous dias do mez de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antéro José Ferreira de Brilo.*

*Carta de Lei, pela qual a Regencia em Nome do Imperador Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, sobre as forças de terra ordinarias para o anno que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos trinta e cinco, a trinta de Julho de mil oitocentos trinta e seis na forma acima declarada.*

Para a Regencia em Nome do Imperador vêr.

José Ignacio da Silva a fez.

*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 22 de Agosto de 1834.

*João Carneiro de Campos.*

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra foi publicada a presente Lei em 25 de Agosto de 1834. — *José Ignacio da Silva.*

LEI N. 22—DE 22 DE AGOSTO DE 1834.

Fixa as forças navaes e de artilharia de Marinha para 1833 a 1836.

A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II, Faz saber a todos os Subditos do Imperio que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Ella Sancionou a Lei seguinte.

Art. 1.º As forças navaes activas ordinarias do Imperio para o serviço do anno, que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos trinta e cinco a trinta de Junho de mil oitocentos trinta e seis, constarão das embarcações, que o Governo julgar indispensaveis, não devendo exceder o total de suas respectivas tripolações a duas mil praças de todas as classes.

Art. 2.º A força do Corpo de Artilharia de Marinha em effectividade de serviço não excederá a seiscentas praças.

Art. 3.º Em circumstancias extraordinarias as forças decretadas no art. 1.º poderão ser elevadas a tres mil praças, e a mil as do art. 2.º.

Art. 4.º Só poderão ser Aspirantes os discipulos da Academia, approvados no primeiro anno Mathematico, e Guarda Marinhas desde já, os que tiverem completado o curso dos Estatutos respectivos.

Art. 5.º O Governo fica autorizado para ajustar maruja a premio, preferindo os nacionaes a estrangeiros, e não havendo quem queira assim engajar-se poderá recrutar na fórma da lei tanto para a maruja como para o Corpo de Artilharia de Marinha as praças necessarias para completar as forças acima decretadas.

Art. 6.º Ficão suspensas as promoções dos Officiaes de Fazenda, Saude, Apito, Capella e Nautica, que não forem indispensaveis para o serviço das embarcações designadas nos arts. 1.º e 3.º.

Art. 7.º O Governo fica autorizado a conceder licença com vencimento de tempo, e meio soldo, aos Officiaes da Armada e de Artilharia de Marinha, que, sendo desnecessarios ao serviço, assim o quizerem, e por estas licenças nenhuns emolumentos pagarão.

Art. 8.º Ficão revogadas as Leis em contrario.

Manda portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar, tão in-

teiramente como nella se contém. O Secretario de Estado interino dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Rio de Janeiro aos vinte e dous de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antéro José Ferreira de Brito.*

*Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, para regular as forças navaes activas no anno financeiro, que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos trinta e seis, na fórma acima declarada.*

Para Vossa Magestade Imperial ver.

José Cupertino de Jesus, a fez.

*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 23 de Agosto de 1834.

*João Carneiro de Campos.*

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha foi publicada a presente Carta de Lei aos 23 de Agosto de 1834.—No impedimento do Official Maior, *Luiz Antonio da Costa Barradas.*

---

DECRETO N. 23—DE 30 DE AGOSTO DE 1834.

Habilita para os cargos publicos os brasileiros graduados por Universidades ou Academias estrangeiras nas materias que se ensinão nos Cursos Juridicos do Imperio, que começãõ a estudar nelles antes de estabelecidos os mesmos Cursos, bem como os Doutores pelas ditas Universidades e Academias em igual circumstancia.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os cidadãos brasileiros, graduados por Universidades ou Academias estrangeiras nas materias ensinadas nos Cursos de Sciencias Juridicas Sociaes do Brasil, que começãõ a estudar naquellas antes de estabelecidos estes, ficão habilitados para exercer os mesmos cargos publicos, a que a Lei admite os brasileiros formados em taes Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes, fazendo exame, e sendo approvados em qualquer dos Cursos Juridicos nas materias nelles ensinadas.

Art. 2.º Aquelles porém, que tiverem o grão de Doutor em Direito por Universidades ou Academias estrangeiras, que começãõ a estudar naquellas antes de estabelecidos os Cursos Juridicos do Imperio, ficão habilitados para os cargos publicos a que a Lei admite os Bachareis formados em taes Cursos, tendo um anno de pratica forense, provada na fórma da Lei, e independente de qualquer exame nos ditos Cursos.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

DECRETO N. 24 — DE 30 DE AGOSTO DE 1834.

Applca em beneficio do Hospital da Misericordia da Côrte os vencimentos dos premios das suas loterias enquanto não forem reclamados.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sanceionado e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º São applicados a beneficio do Hospital da Santa Casa da Misericordia da Cidade do Rio de Janeiro os remanescentes dos premios de suas loterias extrahidas, e por extrahir, enquanto pelos portadores dos respectivos bilhetes não forem reclamados.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DO LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---

DECRETO N. 25 — DE 30 DE AGOSTO DE 1834.

Considera como formado no Curso Juridico de S. Paulo o cidadão brasileiro Venancio José Lisboa Filho, licenciado em Direito pela Universidade de Paris.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sanceionado, e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. O cidadão brasileiro Venancio José Lisboa Filho, licenciado em Direito pela Universi-

dade de Paris, e approvado em Sciencias Juridicas e Sociaes pela Academia de S. Paulo, fica considerado como filho da mesma Academia para gozar das habilitações, de que gozão os que nella recebem o grão de Bacharel Formado.

Ficão revogadas, para este effeito sómente, todas as disposições em contrario.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---

DECRETO N. 26 — DE 30 DE AGOSTO DE 1834.

Autoriza os Directores dos Cursos Juridicos para admittirem a Francisco Thomaz de Figueiredo Neves, licenciado em Direito, a fazer exame de certas materias, passando-lhe certidão de appovação, que o habilitará para os cargos da magistratura.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sanccionado e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Qualquer dos Directores dos Cursos Juridicos do Imperio poderá admittir a Francisco Thomaz de Figueiredo Neves a fazer exame de Direito Patrio, Civil e Criminal, e sua Prática; e, approvado, lhe mandará passar certidão, que, junta a Carta de Licenciado, o habilitará para os lugares de magistratura.

Art. 2.º Ficão suspensas as Leis e Estatutos em contrario para este effeito sómente.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---

DECRETO N. 27 — DE 30 DE AGOSTO DE 1834.

Transfere a séde da Villa de Itamaracá para o lugar da Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sanccionado e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 4.º A séde da Villa mandada restaurar na ilha de Itamaracá pela Resolução de 25 de Outubro de 1834, fica transferida da Povoação de Nossa Senhora do Pilar, onde a mesma Resolução a collocára, para o lugar da Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Art. 2.º Fica derogada nesta parte sómente a mencionada Resolução, conservando-se as mais disposições em seu vigor.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Agosto de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---



DECRETO N. 28 -- DE 2 DE SETEMBRO DE 1834.

Approva as jubilações concedidas ao Padre José Antonio da Silva e Souza, a João Paula Dias Jorge, ao Padre Antonio de Almeida Pacheco, e a José Lobo Frões.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo unico. Ficão approvadas as jubilações, concedidas ao Padre José Antonio da Silva e Souza por Decreto de 29 de Fevereiro de 1832 na cadeira de Grammatica Latina da Capital da Provincia de Goyaz, com o seu ordenado por inteiro; a José Paula Dias Jorge por Decreto de 20 de Março do corrente anno na cadeira de Grammatica Latina da Freguezia de S. Gonçalo do Rio Preto, na Provincia de Minas Geraes, com a metade do ordenado que percebe, ao Padre Antonio de Almeida Pacheco por Decreto de 12 de Maio, e a José Lobo Frões pelo do 4.º de Junho do sobredito anno, nas cadeiras de Grammatica Latina da Cidade da Bahia, com os seus ordenados por inteiro.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dous de Setembro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---

DECRETO N. 29 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1834.

Manda applicar ao Auditor da Marinha as disposições do Alvará de 18 de Fevereiro de 1764, e do art. 1.º do Título 7.º da Ordenança de 9 de Abril de 1805, ácerca da maneira de sua substituição.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Houve por bem Sancceionar e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º As disposições do Alvará de 18 de Fevereiro de 1764, e do art. 1.º do Tit. 7.º da Ordenança de 9 de Abril de 1805, relativamente á substituição dos Auditores de Guerra são applicaveis ao Auditor da Marinha, o qual poderá ser substituido por Primeiros Tenentes da Armada, ou por Capitães do Corpo de Artilharia da Marinha, não só nos impedimentos ou faltas, mas tambem no caso de occorrerem simultaneamente muitos Conselhos de Guerra, a que o referido Auditor não possa assistir.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Antéro José Ferreira de Brito, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, incumbido interinamente da Repartição da Marinha, o tenha assim entendido e faça expedir os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em doze de Setembro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antéro José Ferreira de Brito.*

Cumpra-se e registre.—Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Setembro de 1834.—*Ferreira de Brito.*

---

DECRETO N. 30 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1834.

Autoriza o Governo a mandar pagar ao Padre José Maria Brayner o soldo de Capitão de primeira linha.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sanccionado e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo unico. O Poder Executivo fica autorizado a mandar pagar ao Padre José Maria Brayner o soldo de Capitão de primeira linha, que lhe foi concedido por Decreto de 12 de Fevereiro de 1824, segundo a tabella por que se tem pago, ou houver de pagar-se aos Capitães do Exercito, satisfazendo-se-lhe o que nesta conformidade se lhe dever.

O Brigadeiro Antêro José Ferreira de Brito, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Setembro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antêro José Ferreira de Brito.*

---

DECRETO N. 31 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1834.

Approva a Tença de 220\$000 concedida ao Coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo unico. Fica approvada a Tença de duzentos e vinte mil réis annual, concedida ao Coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva por Decreto de 11 de Outubro de 1832, em remuneração de seus serviços.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quinze de Setembro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---

DECRETO N. 32 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1834.

Approva as Tenças concedidas ao Brigadeiro José Joaquim da Rocha de 220\$000, ao Capitão de Mar e Guerra Antonio José Falcão de 120\$000, ao Coronel Thomaz José da Silva de 240\$000, e a D. Camilla Amalia Rebello da Gama de 110\$000, descontando-se a quantia de 20\$000 a cada um dos ditos Officiaes que houverem tido Habito da Ordem de S. Bento de Aviz.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar e Manda que se execute a seguinte Resolução de Assembléa Geral Legislativa.

Artigo unico. Ficão approvadas as Tenças annuaes concedidas pelo Governo ao Brigadeiro José Joaquim da Rocha, de duzentos e vinte mil réis; ao Capitão de Mar e Guerra Antonio José Falcão, de cento e vinte mil réis, ao Coronel Thomaz José da Silva, de duzentos e quarenta mil réis, e a D. Camilla Amalia Rebello da Gama, de cento e dez mil réis; devendo descontar-se a quantia de vinte mil réis a cada um dos referidos Officiaes que tiverem obtido o Habito da Ordem de S. Bento de Aviz.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos

necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezaseis de Setembro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---

DECRETO N. 33 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1834.

Faz extensiva á Irmandade do Santissimo Sacramento da Sé desta Côrte a disposição do Decreto que applica ao Hospital da Santa Casa da Misericordia da mesma cidade os remanecentes dos premios das suas loterias, que não forem reclamados.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sanccionado e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º E' extensiva á Irmandade do Santissimo Sacramento da Sé desta Côrte a Resolução que applica á Santa Casa da Misericordia desta mesma Côrte os remanecentes dos premios de suas loterias, emquanto pelos portadores dos bilhetes não forem reclamados.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necesarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezaseis de Setembro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---

DECRETO N. 34 — DE 46 DE SETEMBRO DE 1834.

Autoriza as Escolas de Medicina e os Cursos Juridicos do Imperio a conferir o grão de Doutor aos Lentes e Substitutos que ainda o não tem.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sancionado e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Ficão autorizadas as Escolas de Medicina e os Cursos Juridicos do Imperio a conferir o grão de Doutor nas materias respectivas áquelles de seus Lentes Proprietarios e Substitutos já despachados, que não tiverem esse título.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezaseis de Setembro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MOMIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*



DECRETO N. 35 — DE 46 DE SETEMBRO DE 1834.

Autoriza o Director do Curso Juridico de Olinda para admitir á matricula do segundo anno o estudante Francisco José da Silva Porto.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sancionado e Manda que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Director do Curso Juridico de Pernambuco fica autorizado a admitir á matricula do

segundo anno, na fôrma dos Estatutos, a Francisco José da Silva Porto, levando-lhe em conta o tempo que frequentou as aulas do mesmo anno, como se tivesse sido matriculado no tempo competente.

Art. 2.º Ficão para este fim sómente derogadas as disposições em contrario.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezaseis de Setembro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

DECRETO N. 36 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1834.

Approva a Tença de 220\$000 concedida ao Brigadeiro graduado Francisco de Paula Vasconcellos, diminuindo-se a quantia de 20\$000, se houver tido o Habito da Ordem de S. Bento de Aviz.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo unico. Fica approvada a Tença de duzentos e vinte mil réis annuaes, correspondente ao posto de Coronel, concedida ao Brigadeiro graduado Francisco de Paula Vasconcellos em Resolução de Consulta de 11 de Novembro de 1829, diminuindo-se a quantia de vinte mil réis, se este Official tiver obtido o Habito de S. Bento de Aviz.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha

assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte cinco de Setembro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---

LEI N. 37 — DO 1.º DE OUTUBRO DE 1834.

Marca uma gratificação adicional aos Officiaes do Exercito e de Artilharia de Marinha, emquanto estiverem empregados.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Faz saber a todos os subditos do Imperio, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Ella sanccionou a Lei seguinte.

Art. 1.º Os Officiaes empregados nos Corpos do Exercito, Commandantes de Armas, Quartéis Generaes, Fortalezas, e Estabelecimentos militares, bem como os Commandantes das Classes, além dos soldos e mais vencimentos marcados por Lei, terão, emquanto estiverem empregados, uma gratificação adicional, na razão de metade do soldo, de Alferes até Capitão; de 10\$000 réis, de Major até Brigadeiro; da decima parte do soldo de Marechal de Campo inclusive para cima.

Art. 2.º As disposições do artigo antecedente são extensivas aos Officiaes do Corpo de Artilharia de Marinha, desembarcados, e em effectividade de serviço.

Art. 3.º Ficão derogadas todas as Leis que prohibem o uso de qualquer industria util e honesta, aos Officiaes do Exercito, e dos Corpos de Artilharia de Marinha, e Armada desembarcados.

Art. 4.º Ficão derogadas todas as Leis em contrario.



Manda portanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, ao primeiro dia do mez de Outubro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antéro José Ferreira de Brito.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, sobre gratificação a Officiaes do Exercito empregados, fazendo-a extensiva a Officiaes de Artilharia de Marinha desembarcados, e em serviço, e outras disposições, tudo na forma acima declarada.*

Para Vossa Magestade Imperial ver.

José Ignacio da Silva, a fez.

*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 2 de Outubro de 1834.— *João Carneiro de Campos.*

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra foi publicada a presente Lei em 2 de Outubro de 1834.— *José Ignacio da Silva.*

---

LEI N. 38 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1834.

Orça a Receita e fixa a Despeza para o anno de 1835—1836.

A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Faz saber a todos os subditos do Imperio que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Ella Sanccionou a Lei seguinte.

**TITULO I.**

**DESPEZA GERAL.**

Art. 1.º As despesas geraes fixadas na Lei do Orçamento de 8 de Outubro de 1833, para os differentes Ministerios, são as mesmas para o anno financeiro do 1.º de Julho de 1835 a 30 de Junho de 1836, com as seguintes alterações.

**CAPITULO I.**

**NO MINISTERIO DO IMPERIO.**

Art. 2.º Ficão desde já supprimidas neste Ministerio as despesas seguintes :

§ 1.º Com o extincto Conselho de Estado.

Todavia os seus membros continuarão a receber sem interrupção seus ordenados, fazendo delles parte quaesquer vencimentos, que percebão a titulo de aposentadoria, reforma, ou pensão.

§ 2.º Com a metade do ordenado do Bibliothecario do Curso Juridico de S. Paulo, que fica reduzida a quatrocentos mil réis.

§ 3.º Com as Fontes Artesianas, cuja despeza passa a ser provincial.

§ 4.º Com a compra de instrumentos de Anatomia, Physica, e Chimica, para cada uma das Escolas de Medicina do Rio de Janeiro, e Bahia.

§ 3.º Pela diminuição de tres contos de réis nas sommas destinadas para as despesas de cada um dos Cursos Juridicos de S. Paulo, e de Olinda.

§ 6.º Com o Curso de Estudos Mineralogicos de Minas, que passa a ser despesa provincial.

§ 7.º Com a commissão de Estatistica desta Côrte.

Art. 3.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, é mais autorizado a despender neste anno financeiro :

§ 1.º Com a Junta do Commercio, que passa para este Ministerio, vinte contos de réis..... 20:000\$000

§ 2.º Com os ordenados, e ajudas de custo dos Presidentes de Provincia, cincoenta e sete contos seiscentos mil réis..... 57:600\$000

§ 3.º Com os empregados das visitas de Saude nos portos maritimos, inclusive o Interprete da Policia no Rio de Janeiro, que deverá servir nesta repartição, quatorze contos de réis..... 14:000\$000

§ 4.º Com a despesa fixada na Lei de 8 de Outubro de 1833, art. 11, para Instrucção Publica, inclusive desde já a Aula do Commercio, e trezentos mil réis do ordenado do Porteiro da mesma; para Bibliotheca Publica, Vaccina, Illuminação, Obras Publicas, e despesas eventuaes na Côrte, e Municipio da Cidade do Rio de Janeiro, que ficão á cargo deste Ministerio, cento noventa e seis contos duzentos oitenta e sete mil réis..... 196:287\$000

## CAPITULO II.

### NO MINISTERIO DA JUSTIÇA.

Art. 4.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça é autorizado a despender com os Bispos, e Relação Ecclesiastica, ficando supprimida a despesa com as Cathedraes das Provincias, por ser Provincial, dezaseis contos trezentos e vinte mil réis..... 16:320\$000

Art. 5.º Com a despesa fixada na Lei de 8 de Outubro de 1833, art. 12, para as Justiças Territoriaes, Guardas Policiaes Permanentes, Guardas Nacionaes, Parochos, Lazaros, casas de prisão com trabalho, reparos, e construcção de cadeias, conducção, sustento e vestuario de presos pobres, e despesas even-

tuaes na Côrte, e Municipio da Cidade do Rio de Janeiro, que ficam á cargo deste Ministerio, duzentos oitenta e oito contos e cem mil réis.... 288:400\$000

Art. 6.º A despesa com ensaio de Colonias para degradados fica reduzida a doze contos. 12:000\$000

### CAPITULO III.

#### NO MINISTERIO DA MARINHA.

Art. 7.º Ficão supprimidas neste Ministerio as seguintes despesas :

§ 1.º Com a compra de embarcações para obstar ao commercio de escravos, cem contos. 100:000\$000

§ 2.º Com as novas officinas do Arsenal de Marinha desta Côrte, quarenta e oito contos.. 48:000\$000

§ 3.º Com o quartel da Ilha das Cobras, dezasete contos de réis..... 17:000\$000

Art. 8.º A despesa com a Secretaria de Estado, e seu expediente, e quatro correios é reduzida a vinte cinco contos de réis.

Art. 9.º A despesa com os costeios dos Pharóes, Barcas de Soccorro, e despesas de lotação, e com as obras dos Pharóes para as Provincias do Rio de Janeiro, Bahia, e Rio Grande do Sul, e compras das respectivas machinas fica reduzida a trinta contos de réis.

Art. 10. A despesa com os estabelecimentos de Marinha, decretada no art. 6.º § 24 da Lei de 8 de Outubro de 1833, fica reduzida a duzentos contos de réis.

Art. 11. Fica supprimida a parte da disposição do § 8.º do art. 6.º da referida Lei, relativa á passagem de escravos do Arsenal de Marinha para o Jardim Botânico.

Art. 12. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha fica autorizado a despendar com a Academia da Marinha desta Côrte dez contos de réis ..... 10:000\$000

### CAPITULO IV.

#### NO MINISTERIO DA GUERRA.

Art. 13. Fica supprimida a despesa com a Pagadoria das Tropas, que se acha extincta, de nove contos quinhentos e dez mil réis..... 9:510\$000

Art. 14. A despesa com o pagamento de soldos militares posteriores ao anno de 1826 fica reduzida, no anno financeiro desta Lei, a cem contos de réis..... 100:000\$000

Art. 15. A despesa com a Secretaria de Estado deste Ministerio, seu expediente, e quatro correios fica reduzida a vinte e sete contos de réis. 27:000\$000

Art. 16. A despesa com o Supremo Conselho Militar fica reduzida a nove contos e quinhentos mil réis..... 9:500\$000

Art. 17. A somma destinada para as despesas com o Estado Maior do Exercito, Officiaes de corpos, e Officiaes avulsos, comprehendidos os da extincta 2.<sup>a</sup> linha que vencem soldo, e com os reformados, fica reduzida a mil e oito contos de réis... 1.008:000\$000

Art. 18. A somma decretada para pagamento dos corpos do Exercito, Ligeiros de Mato Grosso, e Artifices, fica reduzida a oitocentos contos... 800:000\$000

Art. 19. Com os Arsenaes de Guerra, e Armazens bellicos, fica destinada para suas despesas a somma de duzentos contos de réis..... 200:000\$000

Art. 20. Fica supprimida a quantia de um conto duzentos sessenta e sete mil réis para os alumnos da Academia Medico-Cirurgica, que vai incluída nas diversas despesas.

Art. 21. A somma decretada para outras diversas despesas, fica reduzida a cento e vinte contos de réis..... 120:000\$000

## CAPITULO V.

### NO MINISTERIO DA FAZENDA.

Art. 22. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda é autorizado a despendar com os juros, e amortização do empréstimo portuguez á cargo do Brasil, importando em libras sterlingas oitenta mil e vinte cinco, ao cambio de quarenta dinheiros por mil réis, quatrocentos e oitenta contos cento e cincoenta mil réis..... 480:450\$000

Art. 23. E' mais autorizado a despendar com o ordenado do Director Geral das Minas de S. Paulo, que passa para a despesa geral, oitocentos mil réis..... 800\$000

Art. 24. Fica supprimido o emprego de Director da Typographia Nacional, passando suas attribuições para o Administrador da mesma typographia, o qual terá de ordenado oitocentos mil réis, e quatrocentos mil réis de gratificação, sem outro vencimento.

Art. 25. A somma destinada para pagamento da divida interna fundada, incluidos tres contos de réis para os juros do Legado de Manoel Francisco Guimarães á Misericórdia de Mato Grosso, fica reduzida a mil trezentos quarenta e oito contos quinhentos e trinta mil réis..... 4.348:530\$000

Art. 26. A despeza com a Administração e expediente da Casa da Moeda fica reduzida a trinta e dous contos de réis..... 32:000\$000

Art. 27. Fica revogado o § 4.º do art. 8.º da Lei de 8 de Outubro de 1833, na parte em que dispõe que as gratificações contempladas no Orçamento sejam conferidas indistinctamente áquelles dos empregados da Secretaria ou Contadoria de Revisão que mais se distinguisssem no desempenho de seus deveres.

Art. 28. Ficão supprimidas desde já no § 42 do mesmo artigo e Lei, as palavras seguintes — cujas Mercês tenham sido approvadas.—

Art. 29. A disposição do Decreto de 23 de Agosto de 1832 é extensiva aos Officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, para a divisão dos emolumentos existentes em deposito.

## **TITULO II.**

### **DESPEZA PROVINCIAL.**

Art. 30. As despesas provinciaes fixadas na Lei de 8 de Outubro de 1833, deduzidas as que pela Reforma da Constituição passarão de provinciaes a geraes, e vice-versa, continuarão a ser feitas dentro do anno financeiro do 1.º de Julho de 1835 a 30 de Junho de 1836, da mesma maneira ordenada pela dita Lei, emquanto não forem alteradas pelas Assembléas Legislativas Provinciaes.

Art. 31. As despesas da Provincia do Rio de Janeiro, fixadas na sobredita Lei, arts. 41 e 42 (não comprehendidas as da Córte e Municipio da Cidade do Rio

de Janeiro) na importancia de duzentos e quinze contos cento e oitenta mil réis, serão feitas desde já pelo Presidente da mesma Provincia... 215:180\$000

Art. 32. O Orçamento das despesas, que se devem fazer no Municipio da Côrte, entrará no Orçamento Geral.

Art. 33. O Governo Geral fica autorizado para supprir, na fórma do art. 34 da sobredita Lei, ás Provincias, cujas rendas provinciaes não chegarem para as suas respectivas despesas fixadas na Lei mencionada, com tanto que estas se não augmentem.

Art. 34. A disposição do artigo antecedente não inhibe ás Assembléas Legislativas Provinciaes de augmentarem as despesas respectivas, com tanto que para ellas creem nova Receita. Se, porém, houver sobras na Receita Provincial de algumas Provincias, serão ellas applicadas como aprouver ás mesmas Assembléas.

### TITULO III.

#### CAPITULO I.

##### DAS RENDAS PUBLICAS.

Art. 35. Continuarão a cobrar-se, durante o anno financeiro desta Lei, todos os impostos de que trata o Tit. 3.º, Cap. 1.º da Lei de 8 de Outubro de 1833.

#### CAPITULO II.

##### DA RENDA GERAL.

Art. 36. Enquanto uma Lei Geral não fixar definitivamente os impostos que ficão pertencendo á Receita Geral do Imperio, constará esta dos impostos que lhe pertencem na divisão feita pela Lei de 8 de Outubro de 1833, com as seguintes alterações:

§ 1.º Os impostos denominados provinciaes, que se arrecadarem na Côrte e Municipio da Cidade do

Rio de Janeiro, e forem pertencentes á mesma Corte e Municipio, farão parte da Receita Geral.

Art. 37. Ficão desde já pertencendo á Camara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro :

§ 1.º Os impostos existentes que outr'ora erão arrecadados pela Policia, na comprehensão do seu Municipio, e á cargo da mesma Camara a sua arrecadação.

§ 2.º Os rendimentos dos fóros da Marinha, na comprehensão do seu Municipio, inclusive os do Mangue vizinho á Cidade Nova ; podendo aforar para edificações os que ainda o não estiverem, reservados os que o Governo destinar para estabelecimentos publicos, e salvo o prejuizo que taes aforamentos possam causar aos estabelecimentos da Marinha Nacional.

Art. 38. Enquanto se não estabelecer o novo banco, os capitaes, e os impostos, que lhe forão applicados pela Lei de 8 de Outubro de 1833, serão incorporados á Receita Geral.

### CAPITULO III.

#### DA RENDA PROVINCIAL.

Art. 39. Todas as demais rendas, que actualmente se arrecadão, e que não são contempladas no capitulo antecedente, ficão pertencendo á Receita Provincial, e poderão ser alteradas pelas respectivas Assembléas Legislativas Provinciaes.

### TITULO IV.

#### DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 40. A autorização ao Governo para reformar as Alfandegas do Imperio pelo Decreto de 3 de Setembro de 1833, continúa em vigor até 30 de Junho de 1835, devendo apresentar á Assembléa Geral a reforma, que dentro desse periodo tiver feito.



Art. 41. As contas annuaes constarão de tantos artigos, ou rubricas, quantas havião no respectivo Orçamento, de que se dão as contas.

Art. 42. Ficão em vigor todas as disposições da Lei do Orçamento de 8 de Outubro de 1833, que não versarem particularmente sobre a fixação da Receita e Despesa, e que não tiverem sido, ou forem expressamente revogadas.

Art. 43. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Manda portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir, e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos tres do mez de Outubro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, declarando as addições, reduções, e suppressões, com que deve continuar a vigorar, para o anno financeiro de 1835 a 1836, a Lei de 8 de Outubro de 1833, pelo que respeita a fixação da Receita e Despesa Geral do Imperio; e dispondo que a Despesa Provincial continue a ser feita dentro do referido anno financeiro, da maneira ordenada na dita Lei, enquanto não fôr alterada pelas Assembléas Legislativas Provinciaes.*

Para Vossa Magestade Imperial ver.

José Maria da Fonseca Costa Junior a fez.

*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 4 de Outubro de 1834.

*João Carneiro de Campos.*

Registrada nesta Secretaria do Tribunal do Thesouro Publico Nacional a folhas 52 do Livro 1.º de Cartas de Leis. Rio de Janeiro em 6 de Outubro de 1834.

*Joaquim Diniz da Silva Faria.*

Foi publicada esta Carta de Lei na Secretaria do Tribunal do Thesouro Publico Nacional em 7 de Outubro de 1834.

No impedimento do Official Maior, *Manoel de Azevedo Marques.*

---

DECRETO N. 39 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1834.

Autoriza o Governo para marcar um novo prazo para a substituição das notas do velho padrão do extinto Banco.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Tem Sanccionado e Manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica autorizado o Governo a marcar um novo prazo, dentro do qual os possuidores de notas do velho padrão do extinto Banco do Brazil poderão apresental-as para serem substituidas pelas do novo padrão, e findo esse prazo deixarão as mesmas notas de ser trocadas ou substituidas.

Art. 2.º Os fundos apurados em dinheiro, actualmente existentes nos cofres do Banco e Caixas filiaes, e pertencentes aos accionistas, serão divididos entre os mesmos accionistas, segundo a importancia de suas acções, ou capitaes que lhes pertencão, ficando para esse fim sómente revogado o art. 21 da Lei de 23 de Setembro de 1829.

Art. 3.º Fica tambem o Governo autorizado a fazer uma composição com a Administração do extinto Banco do Brazil que termine todas as contendas entre o Thesouro Nacional e a Companhia do mesmo extinto Banco.

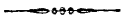
Art. 4.º Ficção derogadas todas as disposições em contrario.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, encarregado interinamente dos Negocios da Fazenda, e Presidencia do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Outubro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*



LEI N. 40 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1834.

Dá Regimento aos Presidentes de Provincia, e extingue o Conselho da Presidencia.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Faz saber a todos os subditos do Imperio, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou e Ella Sanccionou a Lei seguinte.

Art. 1.º O Presidente da Provincia é a primeira Autoridade della. Todos os que nella se acharem lhe serão subordinados, seja qual fôr a sua classe ou graduacão. A autoridade porém do Presidente da Provincia, em que estiver a Côrte, não comprehenderá a mesma Côrte, nem o seu Municipio.

Art. 2.º Terá o tratamento de Excellencia, e as honras militares que se fazião aos extinctos Governadores e Capitaes Generaes.

Art. 3.º Os Presidentes das Provincias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Minas Geraes, S. Paulo, e Rio Grande do Sul terão o ordenado annual de quatro contos de réis; os das outras Provincias terão o de tres contos e duzentos mil réis.

Art. 4.º Recceberão além disso os que morarem fóra das Provincias, para onde forem nomeados, uma ajuda de custo para a viagem, que lhes será

arbitrada pelo Governo, culculada segundo as distancias, e despesas provaveis.

Art. 5.º Ao Presidente, além das attribuições marcadas na Lei da Reforma Constitucional, e nas demais Leis em vigor, compete:

§ 1.º Executar, e fazer executar as Leis.

§ 2.º Exigir dos empregados as informações e participações que julgar convenientes para a boa execução das Leis.

§ 3.º Inspeccionar todas as Repartições, para conhecer o estado dellas, e dar as providencias necessarias para que estejam, e se conservem segundo as Leis.

§ 4.º Dispôr da força a bem da segurança e tranquillidade da Provincia. Sómente porém nos casos extraordinarios, e indispensaveis, fará remover as Guardas Nacionais para fóra dos seus Municipios, nem consentirá que os exercicios, mostras, ou paradas se fação fóra das Parochias respectivas: excepto se forem contiguas, ou tão proximas umas ás outras, que pouco incommodo cause a reunião dos Guardas dellas.

§ 5.º Exercer sobre as Thesourarias Provinciaes as attribuições conferidas pela Lei de 4 de Outubro de 1834, que organizou o Thesouro Nacional.

§ 6.º Prover os empregos que a Lei lhe incumbem, e provisoriamente aquelles, cuja nomeação pertença ao Imperador.

§ 7.º Commetter a empregados geraes negocios provinciaes, e vice-versa.

§ 8.º Suspender a qualquer empregado por abuso, omissão, ou erro commettido em seu officio, promovendo immediatamente a responsabilidade do mesmo, observando-se a respeito dos Magistrados o que se acha disposto no art. 17 da Lei de 14 de Junho de 1834, que marcou as attribuições da Regencia.

§ 9.º Cumprir, e mandar cumprir todas as ordens e Decretos do Governo sobre qualquer objecto da administração da Provincia, para o que lhe serão directamente remettidos.

§ 10. Receber juramento, e dar posse aos empregados, cujo exercicio se estenda a toda a Provincia ou a uma só Comarca. Se forem corporações, o juramento e posse será dado aos Presidentes dellas.

§ 11. Decidir temporariamente os conflictos de jurisdição, que se suscitarem entre as autoridades da Provincia.

§ 12. Participar ao Governo os embarços, que encontrar na execução das Leis, e todos os acontecimentos notaveis, que tiverem lugar na Provincia ou suas immedições, ajuntando-lhes as reflexões sobre a origem, circumstancias e resultados das mesmas.

§ 13. Informar com brevidade os requerimentos ou representações, que por seu intermedio se fizerem ao Governo. Bem assim as promoções militares, as quaes lhe devem ser apresentadas, para dar sobre ellas o seu parecer, sem o que não poderão ser confirmadas.

§ 14. Conceder licença aos empregados publicos, não excedendo esta o prazo de tres mezes, e havendo para isso justo motivo.

Art. 6.º A Assembléa Legislativa Provincial nomeara seis cidadãos para servirem de Vice-Presidente, e um no impedimento do outro. A lista delles será levada ao Imperador por intermedio do Presidente da Provincia, e com informação deste, a fim de ser determinada a ordem numerica da substituição: entretanto servirá de Vice-Presidente o que estiver em primeiro lugar na lista, ou na falta deste os immediatos. Tanto a lista dos eleitos pela Assembléa Legislativa Provincial, como a enviada pelo Governo, será remettida por copia á Camara Municipal da Capital, para esta chamar a quem competir na falta do Presidente. E quando o primeiro nomeado se achar muito distante da Capital, será chamado para substituir aquelle, que se seguir na ordem da nomeação e que mais prompto estiver, o qual sómente servirá emquanto se não apresentar outro que o preceda na ordem numerica da lista, e assim successivamente até o primeiro della.

Art. 7.º A Assembléa Legislativa Provincial renovará esta eleição cada dous annos, podendo reeleger os mesmos.

Art. 8.º Emquanto a Assembléa Legislativa Provincial não fizer esta eleição, servirá de Vice-Presidente o membro mais votado da mesma Assembléa, seguindo-se na sua substituição o que se acha disposto no fim do art. 6.º

Art. 9.º O Vice-Presidente, durante a sua serventia, terá o mesmo tratamento, e vencerá por inteiro o ordenado que competir ao Presidente, quando por qualquer impedimento o mesmo Presidente estiver privado de o receber na conformidade da Lei: terá

porém a metade sómente, se o Presidente, ainda que impedido, tiver direito a receber o ordenado.

Art. 40. O Presidente e Vice-Presidente não poderão entrar em exercício sem primeiro prestar juramento de bem servir o emprego nas mãos do Presidente da Assembléa Legislativa Provincial, estando esta reunida. Não se achando porém a mesma Assembléa em sessão, será o juramento prestado nas mãos do Presidente da Camara Municipal da Capital, reunida ella, e fazendo-se immediatamente publica em toda a Provincia a sua posse por Editais das Camaras respectivas.

Art. 41. O Presidente, e o Vice-Presidente não poderão receber outro algum vencimento por qualquer titulo que seja, a excepção do que lhe competir por aposentadoria, reforma, jubilação, tença, ou pensão.

Art. 42. Fica extinto o Conselho da Presidencia, e as attribuições, que competião ao Presidente em Conselho, serão por elle sómente exercidas.

Art. 43. Fica revogada a Lei de 20 de Outubro de 1823, e as mais que estiverem em opposição á presente.

Manda portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro em tres de Outubro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

*Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, e em que se marcão as attribuições dos Presidentes de Provincia deste Imperio, na fôrma acima declarada.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Joaquim José Lopes a fez.

---

DECRETO N. 41 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1834.

Approva a pensão de 600\$000 concedida ao Dr. Manoel da Silva Rodrigues.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. Fica approvada a pensão de seiscentos mil réis annuaes, concedida ao Dr. Manoel da Silva Rodrigues por Decreto de 17 de Junho de 1833.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Outubro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULIO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama.*

---

DECRETO N. 42 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1834.

Autoriza o Governo a conceder uma gratificação aos empregados do Correio Geral da Côrte.

A Regencia em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro II Ha por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo unico. O Governo fica autorizado para conceder aos empregados do Correio Geral desta Côrte, a titulo de gratificação, o augmento que entender justo nos seus vencimentos, dando parte á Assembléa Geral para obter a sua approvação.

Antonio Pinto Chichorro da Gama, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Outubro de mil oitocentos trinta e quatro, decimo terceiro da Independencia e do Imperio.

FRANCISCO DE LIMA E SILVA.

JOÃO BRAULO MONIZ.

*Antonio Pinto Chichorro da Gama*

